

Feminicídio Enquanto Crime de Raça: as Informações Suprimidas Pelos Veículos de Imprensa¹

Cíntia Moreira GOMES²
Lorena de Andrade TRINDADE³
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

O objetivo deste artigo é refletir sobre o aspecto racial de feminicídios, geralmente não salientado na publicização desses crimes em veículos de imprensa. A partir do desenvolvimento de uma pesquisa de doutoramento (em curso) e de diálogos interseccionais e interdisciplinares, observamos, com base no recorte de raça, uma carência na abordagem dos veículos de imprensa sobre esta característica fundamental para a compreensão do panorama de feminicídios no país.

Palavras-chave: feminicídio; crime de raça; imprensa.

Introdução

O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres no mundo: aproximadamente três mulheres por dia. Uma mulher é vítima de feminicídio a cada sete horas, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, elaborado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). O Anuário atualizado, edição de 2023, mostrou que 61,1% das vítimas deste crime de gênero são mulheres negras. O objetivo deste artigo é refletir sobre o aspecto racial de feminicídios, geralmente não salientado na publicização desses crimes em veículos de imprensa. A partir do desenvolvimento de uma pesquisa de doutoramento (em curso) e de diálogos interseccionais e interdisciplinares, observamos, com base no recorte de raça, uma carência na abordagem dos veículos de imprensa sobre esta característica fundamental para a compreensão do panorama de feminicídios no País.

¹ *Trabalho apresentado no GP Comunicação Antirracista e Pensamento Afrodiaspórico, evento do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.*

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM ECA/USP). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Anhembi Morumbi. E-mail: cintiagomes@usp.br.

³ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP). Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS UFSC). Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/IELUSC. E-mail: lorena.trindade@usp.br.

A edição de 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) constatou que no ano de 2022, o país registrou 1.437 feminicídios, o que significa um crescimento de 6,1% em relação a 2021. A maioria desses crimes (73%) são cometidos por companheiros ou ex-companheiros das vítimas. Ainda de acordo com o “Anuário”, 10,7% dos feminicidas são parentes, como irmãos, pais ou mesmo filhos. Além desta característica quase intrínseca aos feminicídios, do perfil dos assassinos, outras nuances costumam atravessar esses crimes.

O “Anuário” (2023) também observou que em 49,9% dos casos, o principal instrumento empregado são armas brancas, seguidas de armas de fogo: 26,3%. Todavia, uma diferença é marcante: 61,1% das vítimas deste crime de gênero são mulheres negras, enquanto 38,4% são mulheres brancas. Segundo os resultados desta pesquisa, a diferença racial entre as vítimas de feminicídio é menor do que a diferença nas demais Mortes Violentas Intencionais (MVI), onde 68,9% são mulheres negras e 30,4% são brancas. “Em última instância, o que os dados nos indicam é uma possível subnotificação das negras enquanto vítimas de feminicídios (...) levanta-se a hipótese de que as autoridades policiais enquadram menos os homicídios de mulheres negras enquanto feminicídios” (FBSP, 2022, p. 173).

Para corroborar com o objeto desta reflexão, este artigo está baseado na análise de matérias sobre feminicídios publicadas pelos sites dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo, entre janeiro e junho de 2023.

A matéria que tem como título “Mulheres negras têm maior risco de sofrer violência física e sexual no Brasil”⁴, noticiada pela “Folha” em 20 de junho de 2023, serve como ponto de partida e comparativo a outros textos. Alguns deles são: “Aluna morre em calourada no Piauí, e polícia suspeita de estupro”⁵, publicada em 30 de janeiro de 2023; “Homem monta emboscada e mata ex-namorada de 19 anos em Diadema (SP)”⁶, de 16 de março de 2023 (ambos da “Folha”); “Filho de vítima de feminicídio

⁴ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/06/negras-tem-maior-risco-de-sofrer-violencia-fisica-e-sexual-no-brasil.shtml>>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

⁵ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/aluna-morre-em-calourada-no-piaui-e-policia-suspeita-de-estupro.shtml>>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

⁶ Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/03/homem-monta-emboscada-e-mata-ex-namorada-de-19-anos-em-diadema-sp.shtml>>. Acesso em 10 de agosto de 2023.

que dormia em casa quando a mãe foi morta ainda não sabe do crime”⁷, de 10 de junho de 2023 e “Em 48 horas, três mulheres são vítimas de feminicídio em comunidades do Rio”⁸, de 9 de janeiro de 2023, os dois últimos títulos estão em O Globo. O que essas matérias têm em comum é a decisão editorial por ilustrá-las com fotos das vítimas e o fato de todas elas serem mulheres negras. Portanto, nossa escolha metodológica tem como critério observarmos o modo como essas matérias foram publicizadas, ao contarem sobre o assassinato de mulheres negras.

Além de buscarmos compreender, fundamentalmente, sobre a suscetibilidade de corpos negros de mulheres a tal violência letal, remontando os aspectos sócio-históricos, nos guiamos também à luz das questões sobre racismo na imprensa. De antemão, é preciso pensar no jornalismo enquanto narrativa midiática não ficcional, que se mostra um espaço de formação de opiniões, de visão e de conhecimento do mundo, contribuindo para a criação de identidades. É um espaço de disputa de memórias, de relações de poder, etc., como colocado por Noronha (2018).

O Feminicídio tem cor

De acordo com depoimentos presentes na obra “Feminicídio: invisibilidade mata”, realizada pelo Instituto Patrícia Galvão (2017), o racismo é fator preponderante para colocar a vida das mulheres em risco no Brasil. “Mulheres e meninas negras, jovens e de minorias étnicas sofrem violências de maneiras similares às outras mulheres (...) No entanto, as múltiplas discriminações potencializam ainda mais as dimensões das violências que atingem as mulheres negras” (IPG, 2017, p. 60 e 61). Ainda segundo dados resultantes das análises do Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022 (FBSP, 2022), ao longo da última década, se verificou que os assassinatos de mulheres brancas caíram, enquanto o de mulheres negras se acentuaram, aumentando o que o Anuário apresenta como “Disparidade racial da violência letal”. Oliveira e Rodrigues (2021) apontam para o feminicídio enquanto um fenômeno negro, pobre e periférico.

De acordo com as jornalistas, mesmo que consideremos o machismo e a

⁷ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/06/filho-de-vitima-de-feminicidio-que-dormia-em-casa-quando-a-mae-foi-morta-ainda-nao-sabe-do-crime.ghtml> >. Acesso em 10 de agosto de 2023.

⁸ Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/01/duas-mulheres-sao-vitimas-de-feminicidio-a-facadas-em-comunidades-do-rio.ghtml> >. Acesso em 10 de agosto de 2023.

misoginia como estruturais e, portanto, atinjam diferentes mulheres, este atravessamento se apresenta em graus diferenciados ao considerarmos os recortes étnico-raciais e de classe. “O feminicídio no Brasil tem cor, tem classe social e tem local de moradia” (OLIVEIRA e RODRIGUES, 2021, p. 271). A invisibilidade das mulheres negras, também no contexto de violências, é ainda reforçada diante das estruturas do Estado. Conforme Oliveira e Rodrigues (2021, p. 271), delegacias especializadas, Juizados especiais, Centro de Referências, Casas-abrigo, Medidas Protetivas, advogadas feministas ou mesmo dispositivos jurídicos, como a Lei Maria da Penha, são insuficientes e falhos, já que protegem mais as mulheres brancas e de classes mais privilegiadas de serem mortas. Carla Akotirene (2019) reflete sobre como tem se configurado a violência contra mulheres negras no Brasil, histórica e socialmente.

Para a pesquisadora, além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, sob a justificativa de serem as mulheres negras moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de drogas. “O machismo, além disso, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas” (AKOTIRENE, 2019, p. 40).

“A precarização da vida constrói o caminho da morte” (IPG, 2017, p. 61). Segundo Jurema Werneck, ativista feminista, médica e atualmente Diretora-Executiva da Anistia Internacional no Brasil, na entrevista concedida ao Instituto Patrícia Galvão, a sociedade brasileira é fincada no racismo patriarcal, responsável por dividir as pessoas pela cor da pele e então pelo gênero. As mulheres negras estão na base da pirâmide das desigualdades sociais no Brasil. Jurema afirma que esses fatores acabam resultando nas altas taxas de assassinato: “Estamos mais vulneráveis porque o racismo patriarcal nos torna alvos”.

Desta forma, podemos considerar o racismo como um fator determinante para o número elevado de feminicídios no Brasil. “O legado histórico da colonização e desenvolvimento econômico baseado na escravidão e exploração da população negra não só aumentam o risco de violência fatal, como geram condições de vida muito desiguais” (IPG, 2017, p. 61). De que maneira essa lógica opera? Como o racismo

explica a subnotificação e o descaso para com o feminicídio de mulheres negras? As raízes deste problema estão fincadas nas consequências do período escravocrata.

Em 1978, Abdias do Nascimento já nos falava sobre esta estrutura patriarcal de família, herdada de Portugal, a qual suprime e violenta mulheres negras – e que pouco se alterou em relação aos dias de hoje. Segundo ele, o preço dessa herança foi pago pela mulher negra não só durante a escravidão: “Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de *status* social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco” (NASCIMENTO, 1978, p. 61). O autor volta-se especificamente para uma violência que ocorre do homem branco para com a mulher negra. No entanto, compreendamos o feminicídio como um problema maior, onde o racismo está circunscrito de forma descomedida.

O racismo se apresenta como um dos pilares de sustentação do feminicídio, não só porque faz das mulheres negras suas maiores vítimas, mas porque permeia o Estado e as instituições.

Afirmar que as políticas estatais e neoliberais da proteção são racializadas não implica dizer que as mulheres das classes burguesas não sejam alvos de espancamentos, estupros e assassinatos. Mas interrogar a proteção pelo viés da classe, da raça e da heteronormatividade amplia nosso campo de ação” (VERGÈS, 2021, p. 17).

Na visão de Vergès, não é possível dissociar a ação (ou inação) do Estado na perpetuação das violências contra mulheres. Vergès (2021) cita a filósofa Elsa Dorlin quando suscita a ideia de que o Estado é o principal instigador das desigualdades, é esta a estrutura responsável por armar os alçózes dos corpos sacrificáveis, como os das mulheres, sobretudo se racializadas. Desta forma, afirma que é inútil demandar justiça ao Estado, a primeira instância a institucionalizar a injustiça social.

No Brasil, o Estado teve papel significativo no aumento de mortes de mulheres por armas de fogo, resultado das flexibilizações das regras de porte e posse de armas promovidas pelo governo de Jair Bolsonaro (2019 – 2022)⁹, que por meio de decreto alterou a lei de forma a ampliar o acesso a armas e munições. Além de facilitar o acesso às armas de fogo, o governo de Jair Bolsonaro atuou em outra frente para precarizar as políticas de proteção às mulheres.

⁹ As alterações na Lei nº 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003 foram instituídas por meio de decreto presidencial no ano de 2019. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm>. Acesso em 21 de janeiro de 2023.

Entre os anos de 2020 e 2022, o executivo reduziu em 90% os recursos destinados a programas de combate a violências contra mulheres. Segundo reportagem de Thiago Resende (2022) para a *Folha de S. Paulo*, o dinheiro destinado ao Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos caiu de R\$ 100,7 milhões, em 2020, para R\$ 30,6 milhões em 2021. Em 2022, a pasta contou com apenas R\$ 9,1 milhões. Na pesquisa “Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil” (2023), organizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com a Uber, pesquisadoras creditam o aumento das violências contra mulheres ao desfinanciamento de políticas públicas por parte do Governo Federal.

O recorte étnico-racial, nos casos de feminicídio, e o aparente desinteresse público e das instituições em compreender o feminicídio enquanto um crime fortemente atravessado pelo racismo, dificulta uma compreensão mais ampla deste problema, a partir dessa perspectiva. Reportagem de Fabiana Moraes¹⁰, publicada no *The Intercept Brasil*, em 7 de fevereiro de 2023, salienta que a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015) tem deixado de cobrir milhares de assassinatos ao focar apenas na violência doméstica.

A reportagem mostra que este é um desafio para o novo governo (com a gestão presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, a partir de 2023), proteger mulheres negras e periféricas, maioria das vítimas de feminicídio também em vias públicas, para além do ambiente doméstico.

Segundo a reportagem (MORAES, 2022), tradicionalmente, tanto as instituições quanto a própria cobertura midiática se voltam para a violência doméstica ou o ódio de gênero como as razões únicas das execuções: “deixando de fora as mortes de mulheres ocorridas em outros contextos criminais”. Em 2020, a mesma pesquisa do Instituto Sou da Paz mostrou que os homicídios ocorridos fora de casa correspondem a 45% das ocorrências de morte violenta por arma de fogo entre mulheres negras. Já dentro de casa essa porcentagem foi de 25%.

Atravessamentos étnico-raciais na imprensa brasileira

Para analisar a questão de raça na mídia, é importante conhecer quem produz o conteúdo publicado nos veículos e assim compreender como esse perfil do jornalista

¹⁰ Lei do feminicídio deixa de cobrir milhares de assassinatos ao focar só na violência doméstica. Disponível em: <<https://theintercept.com/2023/02/07/lei-do-feminicidio-deixa-de-cobrir-milhares-de-assassinatos/>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2023.

pode contribuir e influenciar os assuntos e o modo como são abordados nos veículos. Em novembro de 2021, Mick e Lima divulgaram os resultados da pesquisa realizada com a participação de 7.029 jornalistas de todo o país, com o objetivo de traçar o perfil do Jornalista Brasileiro, observando as características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho do profissional e da categoria.

Os perfis encontrados dos jornalistas no Brasil constata mais uma vez que esses profissionais são em sua maioria mulheres e brancas, no entanto, também revelam que houve um crescimento de 23% em 2012 para 30% em 2021 de jornalistas negros e negras trazem como probabilidade desse resultado as políticas de ação afirmativa no ensino superior nos últimos anos. Não é possível rompermos com a ideia de sabermos “quem faz” para entendermos “como faz”. Assim, justificamos a opção pela informação sobre perfis dessas e desses profissionais, que, segundo levantamento realizado pelo “Jornalistas & Cia”, com base em 750 respondentes, traçou o Perfil Racial da Imprensa Brasileira. Embora a população do Brasil se constitua em 56,20% de pessoas pretas e pardas, segundo a PNAD/IBGE, de 2019, essas proporções não estão refletidas na composição racial do contingente de jornalistas nas redações brasileiras, já que apenas 20,10% dos jornalistas de redação se autodeclararam pretos ou pardos, negros.

A grande maioria, 77,60%, se autodeclara “branca”. Desta forma, pretendemos contribuir para o debate sobre como o aspecto racial é, por vezes, ignorado ao se publicizar crimes de feminicídio. Objetivamos compreender quais são os mecanismos, circunscritos à produção da notícia, que são atravessados (ou não) pelas questões raciais – e pelo racismo – e o quanto isto influencia a ocultação de informações necessárias para o entendimento do panorama deste crime de gênero no Brasil. A Doutora em Ciências da Comunicação Claudia Nonato (2010), que investigou o perfil dos jornalistas de São Paulo, constatou que: “As mulheres representam pouco mais da metade dos homens em atuação no mercado de trabalho. Os profissionais são provenientes da classe média, sem experiência profissional anterior”. (NONATO, 2010, p. 303)

Para Benetti (2013), o jornalismo, pode ser compreendido como uma forma de conhecimento que trata do presente, utiliza mapas culturais de significados que circulam na sociedade; contribui para consolidar normas, práticas, quadros interpretativos e supostos consensos, legitimou-se historicamente como uma prática autorizada a narrar a realidade.

Procuramos compreender de que modo a mídia pode de fato contribuir para um melhor entendimento sobre violência, as relações de desigualdade de gênero e raça, na medida em que tais assuntos são colocados em pauta e como seus leitores recebem e interagem com as informações.

Em diversas ocasiões, os meios disseminam o que está de acordo com seus interesses econômicos e de poder, não dando espaço às minorias, a pequenas comunidades ou a interesses que diverjam dos seus. Em situações de conflitos, as organizações midiáticas podem contribuir para naturalizar a cultura de violência; da mesma maneira, os meios podem, também, ser usados para legitimar a cultura de paz (SADIG; GUTA, 2011, apud CABRAL, 2017, p. 6)

Análise das reportagens sobre feminicídio

Como corpus deste artigo, foram analisadas reportagens publicadas nos sites do Jornal Folha de S. Paulo e Jornal O Globo. Dois jornais de duas grandes cidades que circulam nacionalmente.

Na Folha de S. Paulo, ao pesquisar a palavra feminicídio, de janeiro a junho de 2023, na edição impressa foram encontradas 37 reportagens, já na busca geral 84 textos sobre o assunto. Porém, no Jornal O Globo ao fazer a busca no site pelo mesmo período foram identificados 298 textos que citam a palavra feminicídio.

As reportagens “Aluna morre em calourada no Piauí, e polícia suspeita de estupro”, publicada em 30 de janeiro de 2023; “Homem monta emboscada e mata ex-namorada de 19 anos em Diadema (SP)”, da Folha de S. Paulo, “Filho de vítima de feminicídio que dormia em casa quando a mãe foi morta ainda não sabe do crime”, e “Em 48 horas, três mulheres são vítimas de feminicídio em comunidades do Rio”, de 9 de janeiro de 2023, de O Globo, são o retrato da cobertura de feminicídios estampando na imprensa, nos mais variados veículos de imprensa. A principal característica é de que o parceiro é quem comete o crime, é contada a história das vítimas em que todas são mulheres jovens e negras, em que seus companheiros atuais ou não confessam o crime. A linguagem é muito próxima e em todas citam o termo feminicídio, utilizam fotos das vítimas com parceiros ou sozinhas.

Já a reportagem “Mulheres negras têm maior risco de sofrer violência física e sexual no Brasil”, publicada pela “Folha”, traz uma linguagem e conteúdo diferente das demais notícias em que relata o feminicídio e como está a investigação de cada caso.

Publicada na editoria de cotidiano, traz um panorama da violência contra mulher no país, trazendo dados de uma pesquisa inédita de que 755 das vítimas de violência sexual e física são pretas e pardas. Trazendo gráficos por região com uma análise de de 2015 a 2022. Um dado interessante é de que na região norte do Brasil 57,52% dos casos são contra mulheres pretas e pardas, seguida pela região sul com 37,83%. É uma reportagem bem informativa com entrevista com especialistas e declaração do ministério da Justiça. Ao invés de utilizar fotografias de vítimas, foram utilizadas imagens de cartazes com mensagens de luta e manifestação contra o feminicídio.

Em junho de 2023, a Folha também publicou uma reportagem em que fala sobre o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica aumentou em SP. E no Jornal O Globo traz uma sobre o Programa da Defensoria em que auxilia vítimas de tentativas de feminicídio, que são algumas das reportagens que aprofundam mais no assunto e traz serviço de programas que combatem e auxiliam mulheres vítimas de violência física, emocional e sexual.

Considerações finais

O objetivo de nossa reflexão é compreender de quais formas, veículos de referência, como a Folha de S. Paulo e o jornal O Globo abordam crimes de feminicídio direcionados a mulheres negras. Como pudemos observar acima, a maioria das vítimas de feminicídio no Brasil, são mulheres negras (pretas e pardas). A não ser que uma matéria verse especificamente sobre dados acerca deste crime (em mulheres negras), dificilmente os textos jornalísticos dedicam espaço a uma análise mais densa deste fenômeno.

Ao comparar as quatro reportagens e o conteúdo de cada jornal, há uma semelhança na análise do discurso e na forma de noticiar o fato. Mas, quando é para falar sobre o tema, as reportagens são aprofundadas com análises e dados sobre o quadro de feminicídio no País.

Com o intuito de analisar o cenário de violência contra mulheres no País, ao analisar as reportagens desses dois veículos possibilitou identificar como essas mulheres e os casos são retratados na mídia. Ainda que as matérias sejam ilustradas por fotos dessas vítimas, nem sempre a vitimização de mulheres negras é abordada.

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. 1ª. ed. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BENETTI, Marcia. Revista e jornalismo: conceitos e particularidades. In: TAVARES, Frederico Mello B. & SCHWAAB, Reges (Orgs) **A Revista e seu jornalismo**. Porto Alegre: Penso, 2013, p. 44- 57

CABRAL, Raquel; SALHANI, Jorge. **Jornalismo para a Paz: conceitos e reflexões**, Revista E-compós – Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, Brasília, vol. 20, n. 3, set/dez 2017.

CIA, & JORNALISTA. **Perfil racial da imprensa brasileira**. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimpensabrasileira.pdf>>. Acesso em: 12/07/2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**: 2022. São Paulo: FBSP, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil**. 4. ed. 2023.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Feminicídio: invisibilidade mata**. PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (Org.). Fundação Rosa Luxemburg. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **O papel da arma de fogo na violência contra a mulher**. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2022.

MORAES, Fabiana. **Lei do feminicídio deixa de cobrir milhares de assassinatos ao focar só na violência doméstica**. 2023. Disponível em: <<https://theintercept.com/2023/02/07/lei-do-feminicidio-deixa-de-cobrir-milhares-de-assassinatos/>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2023

MICK, J.; LIMA, S. “**Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho**”. Florianópolis, 2021. Disponível em: <<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>> . Acesso em: 12/07/2023

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

NORONHA, D. P. Representações das diferenças: discursos sobre gênero e raça na imprensa hegemônica brasileira. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS**, 2., 2018, São Cristóvão, SE. Anais [...]. São Cristóvão, SE: PPGS/UFS, 2018.

NONATO, Cláudia. **Comunicação e mundo do trabalho do jornalista : o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da**

informação /São Paulo. 313 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Orientadora: Roseli Fígaro.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida:** a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira. São Paulo: Editora Drops, 2021.

RESENDE, Thiago. Bolsonaro cortou 90% da verba de combate à violência contra a mulher. 2022. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/09/bolsonaro-cortou-90-da-verba-de-combate-a-violencia-contra-a-mulher.shtml>>. Acesso em 8 de fevereiro de 2023.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência.** Trad. Raquel Camargo. São Paulo: Ubu Editora, 2021.